

Emitido em 03/06/2024 às 18:14

Projeto de Pesquisa

Dados do Projeto Pesquisa	
Código:	PVED15-2024
Título do Projeto:	"Panorama Regulatório da Educação Infantil em Municípios de Santa Catarina: Uma Análise Documental"
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Natureza do Projeto:	Projeto de Pesquisa
Tipo de Pesquisa:	Pesquisa Básica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade de Lotação do Coordenador:	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA FAED (11.01.43.18)
Unidade de Execução:	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA FAED (11.01.43.18)
Centro:	CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E DA EDUCACAO - FAED (11.01.43)
Palavra-Chave:	Educação Infantil; Políticas de atendimento à pequena infância; Qualidade na Educação Infantil.
E-mail:	ADILSONDEANGELO@GMAIL.COM
Período do Projeto:	01/04/2024 a 31/12/2026
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
4	Educação de Qualidade
Área de Conhecimento, Grupo e Linha de Pesquisa	
Área de Conhecimento:	Educação Pré-Escolar
Grupo de Pesquisa:	Coletivo Ciranda - Grupo de Pesquisa Infância, Cidadania e Redes Educativas
Linha de Pesquisa:	Diversidade, desigualdades, cidadania e culturas infantis
Comitê de Ética	
Nº do Protocolo:	Não possui protocolo de pesquisa em Comitê de Ética.
Resumo	
<p>Esta pesquisa tem como objetivo analisar diversos documentos relacionados à Educação Infantil em Santa Catarina ao longo dos últimos 10 anos, com ênfase no período após a implementação da Lei 12796/2013, que estabelece a obrigatoriedade da matrícula e frequência de crianças a partir dos 4 anos na Educação Básica. A metodologia adotada requer a seleção de documentos específicos, análise de conteúdo, categorização, triangulação de dados e interpretação contextual. Os documentos a serem analisados incluem editais de matrículas, editais de contratação de professores e demais profissionais de sala (ACT), editais de concurso para professores e demais profissionais de sala (efetivos), resolução da Educação Infantil, Plano Municipal de Educação e relatórios de monitoramento dos Planos Municipais de Educação. Com base nessa análise, espera-se identificar lacunas, desafios e oportunidades nas políticas e práticas educacionais relacionadas à Educação Infantil, visando contribuir para o aprimoramento da qualidade e igualdade no acesso à Educação Infantil em Santa Catarina.</p>	
Introdução/Justificativa	
<p>(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UDESC em geral)</p> <p>No contexto da Educação Infantil, a identidade do atendimento é um elemento de extrema relevância, uma vez que se estabelece a base para o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade. Este aspecto fundamental, delineado por princípios legais, desenha um compromisso inalienável com a formação da infância, considerando diversos aspectos que se interconectam para moldar um ambiente educacional significativo e inclusivo. De acordo com a Lei nº 9.394/96, a Educação Infantil é concebida como a primeira etapa da Educação Básica, cuja finalidade primordial é promover o desenvolvimento pleno da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social. Essa etapa complementa a ação da família e da comunidade, estabelecendo-se como um alicerce vital no processo de crescimento e aprendizado.</p> <p>A Constituição Federal de 1988 reforça o compromisso do Estado em fornecer atendimento em creches e pré-escolas, em colaboração com os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O reconhecimento dessas instituições no capítulo da Educação na Constituição Federal não apenas legitima sua importância, mas também as atrela a uma série de direitos que garantem igualdade, gratuidade e qualidade da educação para todas as crianças, independentemente de suas origens.</p> <p>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sublinha que a educação ocorre em diversos contextos, incluindo a vida familiar, a convivência humana e as manifestações culturais. Entretanto, ela enfatiza a educação escolar como uma parte intrínseca desse processo. A Educação Infantil, de acordo com a lei, se concentra na educação institucional, que é predominantemente promovida em instituições específicas.</p> <p>Essa definição legal estabelece a base para que creches e pré-escolas sejam reconhecidas como instituições de ensino, com uma ênfase clara na promoção do desenvolvimento integral das crianças. Isso implica que essas instituições não servem apenas para cuidar das crianças, mas também para educá-las, proporcionando-lhes oportunidades significativas de aprendizado em um ambiente seguro e estimulante.</p> <p>Além disso, o sistema de ensino tem a responsabilidade de orientar, com critérios pedagógicos, o funcionamento das creches e pré-escolas, garantindo que as práticas pedagógicas sejam adequadas à faixa etária das crianças. Essa abordagem visa aprimorar a qualidade da educação oferecida e garantir que as crianças tenham acesso a um ambiente que promova seu desenvolvimento integral.</p>	

Assim, as creches e pré-escolas se estabelecem como espaços de educação coletiva, onde profissionais qualificados, de acordo com critérios legais específicos, desempenham um papel essencial na formação das crianças. Portanto, elas não são meros locais de assistência, mas verdadeiras instituições de ensino, fundamentais para o desenvolvimento das novas gerações e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Cumprir a função da Educação Infantil, conforme estabelecem os ordenamentos legais, representa um compromisso essencial da sociedade e do Estado em várias dimensões. Em primeiro lugar, implica o reconhecimento de que o Estado deve assumir a responsabilidade de educar coletivamente as crianças, complementando o papel das famílias. A educação é um bem público que deve ser oferecido de maneira equitativa, independentemente do contexto familiar. Em segundo lugar, as creches e pré-escolas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Ao fornecer um ambiente seguro e educativo para as crianças, essas instituições permitem que as mulheres possam buscar realizações para além das responsabilidades domésticas. Isso é um passo importante em direção à equidade de gênero, permitindo que as mulheres participem plenamente na sociedade.

Além disso, cumprir a função sociopolítica e pedagógica das creches e pré-escolas envolve transformá-las em espaços privilegiados de convivência e na construção de identidades coletivas. Elas devem ser locais onde as crianças ampliam seus horizontes, adquirem saberes e conhecimentos diversos e têm acesso a bens culturais. Essa é uma maneira de garantir a equidade de oportunidades educacionais, independentemente da classe social das crianças.

Em quarto lugar, cumprir essa função implica fornecer as melhores condições e recursos para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais. As creches e pré-escolas devem ser ambientes onde as crianças são respeitadas como sujeitos de direitos, onde podem expressar seus desejos e ser ouvidas. Isso contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades.

Finalmente, a Educação Infantil desempenha um papel importante na produção de novas formas de sociabilidade e subjetividades. Ela está ligada à construção de uma sociedade democrática, baseada na cidadania, dignidade humana e no respeito à diversidade. Isso inclui o rompimento de relações de dominação em várias esferas, como idade, classe social, etnia, gênero, região, língua e religião.

Entendemos ser de grande pertinência a realização de uma pesquisa científica que se propõe analisar documentos oficiais e legislação relacionados à Educação Infantil no estado, incluindo editais de matrículas, editais de contratação de profissionais de sala, resoluções, planos municipais de educação e relatórios, com o objetivo de justificar a necessidade de medidas eficazes para garantir o acesso e a qualidade na Educação Infantil em Santa Catarina.

1. **Garantia de Acesso Universal:** A análise dos editais de matrículas para a Educação Infantil permitirá identificar possíveis barreiras à matrícula, como falta de vagas, critérios de seleção e outros fatores que podem dificultar o acesso de todas as crianças a essa etapa crucial da educação. A pesquisa visa avaliar se as políticas e práticas de matrícula estão alinhadas com o princípio da universalização do acesso.

2. **Qualificação e Contratação de Profissionais:** Os editais de contratação de professores e profissionais de sala influenciam diretamente a qualidade da Educação Infantil. Esta pesquisa visa analisar se os critérios de seleção de profissionais estão em conformidade com as melhores práticas pedagógicas, bem como, a adequação desses critérios para garantir um corpo docente de alta qualidade.

3. **Concurso para Professores Efetivos:** A realização de concursos para professores efetivos é uma parte fundamental da construção de um quadro docente sólido e permanente. A pesquisa buscará avaliar se esses concursos seguem práticas justas e transparentes, contribuindo para a estabilidade e qualidade do corpo docente na Educação Infantil.

4. **Resolução da Educação Infantil:** A análise da resolução da Educação Infantil é essencial para entender o quadro normativo que rege essa etapa da educação em Santa Catarina. A pesquisa examinará se as resoluções estão atualizadas, alinhadas com as melhores práticas pedagógicas e se promovem a qualidade da Educação Infantil.

5. **Planos Municipais de Educação:** Os planos municipais de educação são instrumentos estratégicos para o planejamento da Educação Infantil em cada município de Santa Catarina. Esta pesquisa se propõe a analisar a integração dos planos municipais com as políticas estaduais, a adequação das metas estabelecidas e a efetividade na promoção da qualidade educacional.

6. **Monitoramento e Avaliação:** A análise dos relatórios dos planos municipais de educação permitirá avaliar o progresso e o cumprimento das metas estabelecidas. A pesquisa contribuirá para o monitoramento eficaz e identificação de áreas que requerem atenção e aprimoramento.

A realização da pesquisa é justificada pela necessidade de assegurar o acesso universal à Educação Infantil em Santa Catarina e promover a qualidade dessa etapa crucial da educação. A análise dos documentos oficiais e legislações permitirá identificar desafios, lacunas e oportunidades para aprimorar as políticas e práticas relacionadas à Educação Infantil no estado, beneficiando as crianças, suas famílias e a sociedade como um todo.

Objetivos

Geral:

Caracterizar as políticas de atendimento às crianças no contexto da creche e da pré-escola, a partir de documentos oficiais e legislação relacionados à Educação Infantil, produzidos no âmbito de município do estado de Santa Catarina.

Específicos:

Identificar e selecionar uma amostra representativa de documentos relacionados à Educação Infantil em Santa Catarina, incluindo Editais de matrículas, Editais de contratação de professores e demais profissionais de sala (ACT), Editais de concurso para professores e demais profissionais de sala (efetivos), Resolução da Educação Infantil, Plano Municipal de Educação e Relatórios dos Planos Municipais de Educação.

Desenvolver critérios de análise e categorização dos documentos selecionados, considerando aspectos como políticas educacionais, diretrizes curriculares, gestão escolar e acesso à Educação Infantil.

Realizar análise do conteúdo dos documentos selecionados, destacando elementos relevantes para a compreensão das políticas e práticas educacionais na Educação Infantil em Santa Catarina.

Mapear os dados gerados, relacionando informações presentes nos diferentes tipos de documentos e identificando possíveis convergências e

divergências entre as fontes.

Interpretar os resultados obtidos a partir da análise dos documentos, considerando o contexto histórico, social, político e econômico da Educação Infantil em Santa Catarina.

Identificar lacunas, desafios e oportunidades presentes nas políticas e práticas educacionais relacionadas à Educação Infantil em Santa Catarina, com vistas a contribuir para o aprimoramento da qualidade e igualdade no acesso à Educação Infantil no estado.

Elaborar recomendações e sugestões de políticas públicas e práticas educacionais baseadas nos resultados da pesquisa, visando promover melhorias efetivas na Educação Infantil em Santa Catarina.

Metodologia

A pesquisa que busca analisar documentos relacionados à Educação Infantil, como os Editais de matrículas, Editais de contratação de professores e demais profissionais de sala (ACT), Editais de concurso para professores e demais profissionais de sala (efetivos), Resolução da Educação Infantil, Plano Municipal de Educação e Relatórios dos Planos Municipais de Educação, requer um rigoroso conjunto de procedimentos metodológicos. A metodologia desempenha um papel crítico na coleta, organização e interpretação dos dados desses documentos essenciais.

Também tomamos como base o fato de que uma pesquisa que visa analisar documentos relacionados à Educação Infantil exige uma abordagem metodológica cuidadosa, que envolve a seleção adequada de documentos, análise rigorosa de conteúdo, categorização, triangulação de dados e interpretação contextual. Os resultados podem contribuir significativamente para o entendimento das políticas e práticas educacionais na Educação Infantil e, conseqüentemente, para a promoção da qualidade e igualdade no acesso à educação infantil em Santa Catarina.

Documentos para análise:

- Editais de matrículas para a Educação Infantil;
- Editais de contratação de professores e demais profissionais de sala - ACT;
- Editais de concurso para professores e demais profissionais de sala - efetivos;
- Resolução da Educação Infantil;
- Plano Municipal de Educação;
- Relatórios de monitoramento dos Planos Municipais de Educação.

Justificativa do repórter temporal:

Últimos 10 anos (2013-2023) Tomando como marco a implementação da Lei 12796/2013, que trata da obrigatoriedade da matrícula e da frequência de crianças a partir dos 4 anos na Educação Básica.

Com base nos objetivos delineados e na natureza dos documentos a serem analisados, aqui estão os procedimentos metodológicos sugeridos para a pesquisa:

1 - Seleção da Amostra de Documentos:

Identificar todas as fontes possíveis para cada tipo de documento listado.

Utilizar critérios de inclusão (documentos emitidos dentro do período especificado e relacionados diretamente à Educação Infantil em Santa Catarina) e exclusão (documentos duplicados, não pertinentes ao escopo da pesquisa).

Determinar uma amostra representativa que abranja diversos anos dentro do período de análise.

2 -Desenvolvimento de Critérios de Análise e Categorização:

Desenvolver uma estrutura de categorização que aborde aspectos como políticas educacionais, diretrizes curriculares, gestão escolar, qualidade da educação, acesso e equidade.

Estabelecer critérios claros para cada categoria, garantindo consistência na análise.

3 - Análise do Conteúdo dos Documentos:

Realizar uma leitura minuciosa de cada documento, destacando informações relevantes de acordo com os critérios estabelecidos.

Utilizar técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, tendências e pontos-chave.

Registrar observações e insights durante o processo de análise.

4 -Mapeamento e Comparação de Dados:

Criar uma matriz ou tabela para registrar os dados coletados de cada documento, permitindo a comparação entre diferentes fontes.

Identificar convergências e divergências nas informações apresentadas nos diversos tipos de documentos.

5 - Interpretação dos Resultados:

Contextualizar os resultados dentro do contexto histórico, social, político e econômico da Educação Infantil em Santa Catarina.

Analisar as implicações das descobertas para as políticas e práticas educacionais no estado.

Identificar lacunas de conhecimento e áreas que necessitam de mais investigação.

6 - Elaboração de Recomendações e Sugestões:

Com base nos resultados da análise, formular recomendações específicas para aprimorar as políticas públicas e práticas educacionais relacionadas à Educação Infantil em Santa Catarina.

Considerar a viabilidade e a implementação prática das recomendações propostas.

7 - Revisão e Relatório Final:

Revisar todos os passos metodológicos para garantir a precisão e a validade dos resultados.

Elaborar um relatório final que documente detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados, os resultados da análise e as recomendações formuladas.

Referências

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Programa Educuarça: alguns fundamentos de uma política pública de atendimento na Educação Infantil. In: SAETA, Beatriz Regina Pereira, et al (Orgs.). Infância: violência, instituições e políticas públicas. São Paulo: Expressão e Arte, 2007, p. 109-119.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 6. ed. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, Roselane Fátima. 'Política pequena' para as crianças pequenas?: Experiências e desafios no atendimento das crianças de 0 a 3 anos na América Latina. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 17, p. 81-105, 2012.

2024												
Atividades	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA												
SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS E DOCUMENTOS												
COLETA DE DOCUMENTOS												
REVISÃO E CATEGORIZAÇÃO												
ANÁLISE DOCUMENTAL												
GERAÇÃO DE DADOS												
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS												
REDAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA												
APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO												
2025												
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA												
SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS E DOCUMENTOS												
COLETA DE DOCUMENTOS												
REVISÃO E CATEGORIZAÇÃO												
ANÁLISE DOCUMENTAL												
GERAÇÃO DE DADOS												
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS												
REDAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA												
APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO												
2026												
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE PESQUISA												
SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS E DOCUMENTOS												
COLETA DE DOCUMENTOS												
REVISÃO E CATEGORIZAÇÃO												
ANÁLISE DOCUMENTAL												
GERAÇÃO DE DADOS												
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS												
REDAÇÃO DO RELATÓRIO DE PESQUISA												
APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO												

Histórico do Projeto		
Data	Situação	Usuário
23/02/2024	CADASTRO EM ANDAMENTO	ADILSON DE ANGELO LOPES FRANCISCO / 89632109791
26/02/2024	SUBMETIDO	ADILSON DE ANGELO LOPES FRANCISCO / 89632109791
27/02/2024	ADMISSÍVEL - ETAPA 1	JARBAS JOSE CARDOSO / 22454934949
27/02/2024	AGUARDANDO RELATO - ETAPA 1	JARBAS JOSE CARDOSO / 22454934949
12/03/2024	RELATO CONCLUÍDO - ETAPA 1	GEOVANA MENDONCA LUNARDI MENDES / 82746699915
13/03/2024	APROVADO - ETAPA 1	JARBAS JOSE CARDOSO / 22454934949
13/03/2024	ADMISSÍVEL - ETAPA 2	IARA GHIZZO DE SOUZA / 46358153900
13/03/2024	AGUARDANDO RELATO - ETAPA 2	IARA GHIZZO DE SOUZA / 46358153900
22/03/2024	RELATO CONCLUÍDO - ETAPA 2	CRISTIANI BERETA DA SILVA / 60041609034
22/03/2024	APROVADO - ETAPA 2	EMERSON CESAR DE CAMPOS / 70746141904
27/03/2024	ADMISSÍVEL - ETAPA 3	FERNANDA MEDEIROS / 82387834968
27/03/2024	AGUARDANDO RELATO - ETAPA 3	FERNANDA MEDEIROS / 82387834968
27/03/2024	RELATO CONCLUÍDO - ETAPA 3	CELSO JOAO CARMINATI / 60775424900
27/03/2024	EM EXECUÇÃO	CELSO JOAO CARMINATI / 60775424900